

Relatório 2023

 Instituto
COOPERFORTE

CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiros

José Valdir Ribeiro Dos Reis (Presidente)

Edson Machado Monteiro

Kedson Pereira Macedo

Adézio de Almeida Lima

Maria de Jesus Demétrio Gaia

Elvira Cruvinel Ferreira⁽¹⁾

Maurício Teixeira da Costa⁽¹⁾

Roberto Luiz Benkenstein⁽²⁾

Ilda Ribeiro Peliz⁽²⁾

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos

José Alípio Dos Santos

Edimar Rodrigues de Abreu⁽¹⁾

Milton Vieira Alves Júnior⁽¹⁾

Levi Pereira da Rocha⁽²⁾

Paulo Sérgio Navarro⁽²⁾

Conselheiros Suplentes

Givaldo Carneiro dos Santos⁽¹⁾

Paulina Pasquina Benedetti Terra⁽¹⁾

Levi Pereira da Rocha⁽¹⁾

Benito Lima Vasconcelos⁽²⁾

Luciano Nóbrega Queiroga⁽²⁾

Márcia Politi Gobato⁽²⁾

COMITÊ EXECUTIVO

José Rogaciário dos Santos – Presidente⁽³⁾

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo – Superintendente⁽⁴⁾

⁽¹⁾ A partir de 15/04/2023

⁽²⁾ Até 14/04/2023

⁽³⁾ Até 28/12/2023

⁽⁴⁾ A partir de 06/02/2023

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

IDEOLOGIA

PROPÓSITO

Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

NEGÓCIO

Inclusão socioproductiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional

VALORES

- Solidariedade
- Sustentabilidade
- Integridade
- Diversidade
- Cidadania

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

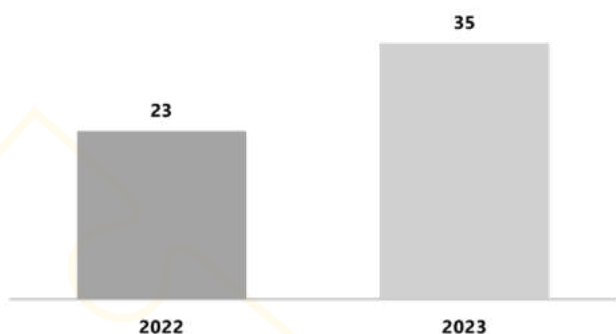
Prezados Associados,

Apresentamos o Relatório do Instituto Cooperforte, relativo ao exercício de 2023, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes, bem como as Demonstrações Financeiras elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às organizações do terceiro setor.

O Instituto Cooperforte tem como propósito transformar realidades socioeconômicas de organizações sociais e de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como foco principal os princípios de Educação de Qualidade (ODS4) e Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS8).

Para consolidação do novo modelo de atuação, implementado em 2022, o Instituto publicou, em 2023, Edital Complementar direcionado para as Unidades da Federação que ainda não tinham organizações selecionadas no chamamento anterior. Com isso, tivemos a seleção de mais 12 organizações, que somadas às 23 anteriores, totalizaram 35 organizações parceiras, com atuação em 22 Unidades da Federação.

ORGANIZAÇÕES APOIADAS



Todos os projetos iniciados em 2023 já foram concluídos, qualificando 998 pessoas, das quais 62% já estão inseridas no mundo do trabalho.

Até o momento, 26 organizações alcançaram as metas e tiveram seus projetos para 2024 aprovados.

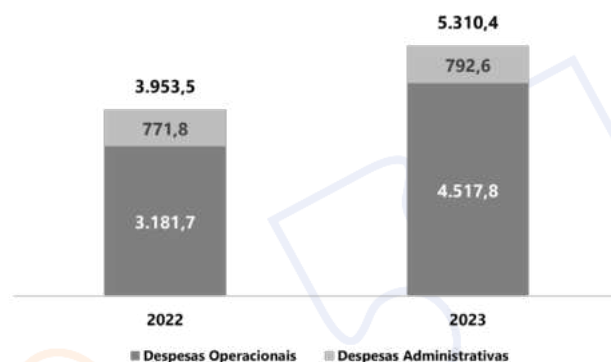
A melhoria do cenário do emprego no país favorece as perspectivas de alcance do índice desejado, de 70% de inserção dos participantes no mundo do trabalho.

Os projetos apoiados levam em conta as necessidades locais de qualificação, abrangendo áreas como beleza e estética, gastronomia, corte e costura, tecnologia e comunicação, dentre outras. Além da qualificação profissional, oferecemos treinamentos sobre educação financeira, cidadania, empreendedorismo e educação digital.

O apoio financeiro máximo por projeto foi mantido em até R\$ 90 mil, para o público atendido, de jovens e/ou adultos com idades entre 18 e 40 anos, em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até três salários-mínimos, prioritariamente, e/ou pessoas com deficiência.

Em 2023, com o aumento de projetos apoiados, houve crescimento de 42,0% nas despesas operacionais com projetos. As despesas administrativas aumentaram 2,7%, resultando em um aumento das despesas totais do Instituto em 34,3% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 3.953,5 mil para R\$ 5.310,4 mil. As disponibilidades financeiras ao final do período foram de R\$ 6.106,6 mil.

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS



Em parceria com a COOPERFORTE, o Instituto realizou o Programa Ações Solidárias – DOAR.COM. VOCÊ, estimulando os associados, funcionários e a sociedade em geral a participarem de esforços de solidariedade voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, também em sintonia com a Agenda 2030 da ONU, por meio de voluntariado e doações espontâneas. Durante todo o ano, foram realizadas ações no âmbito do Programa, tais como: Dia de Cooperar – Dia C, Campanha do Agasalho, Dias das Crianças e Natal Solidário. Foram arrecadadas doações espontâneas em dinheiro, vestuários, agasalhos, brinquedos, livros e alimentos. As doações recebidas possibilitaram beneficiar 14 organizações sociais, localizadas em 9 Unidades da Federação, e mais de 2 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos.

Em outra ação, foi realizada a 4ª edição da Corrida Doar 10k, evento esportivo realizado no Zoológico de Brasília com o objetivo de promover a saúde, o ambientalismo e a cultura da solidariedade, com estímulo aos participantes para a doação de brinquedos e livros infantis.

Em 2023, o Instituto Cooperforte comemorou os seus 20 anos de existência atuando como braço social da COOPERFORTE. Ao longo desses 20 anos, vem desenvolvendo parcerias e apoiando projetos de organizações sociais em todo o país, preparando pessoas em situação de vulnerabilidade social para inserção no mundo do trabalho.

Foram concluídos mais de 300 projetos, com públicos, capacitações e temáticas diferentes, beneficiando mais de 26 mil pessoas diretamente e cerca de 93 mil indiretamente, disseminando a cultura da cooperação, multiplicando conhecimento e transformando realidades.

Agradecemos aos nossos públicos de relacionamento, em especial à Diretoria, Conselheiros, Colaboradores e Delegados Seccionais da COOPERFORTE, Associados e Parceiros, pelo apoio e confiança em nossos esforços para contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, com melhores oportunidades para todos.

A Administração

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em unidades de Reais)

ATIVO	NOTA	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		6.516.007	7.260.462
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.106.585	6.946.175
Créditos		321.843	305.927
Valores a receber - repasse da Mantenedora		319.322	286.559
Adiantamentos e antecipações		2.521	19.368
Valores a recuperar		-	208
Despesas antecipadas		30.804	8.152
Bens móveis recebidos - para venda	5	56.775	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.033	6.646
IMOBILIZADO		2.033	6.646
Investimentos	6	263	247
Imobilizações de uso	7	1.770	6.399
TOTAL DO ATIVO		6.518.040	7.267.108
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		193.662	183.859
Fornecedores		241	241
Obrigações trabalhistas	8	142.512	143.386
Obrigações previdenciárias e sociais	9	25.671	26.964
Obrigações tributárias	10	25.238	13.268
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	6.324.378	7.083.249
Patrimônio social		7.083.249	6.990.007
(Déficit)/Superávit do exercício		(758.871)	93.242
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.518.040	7.267.108

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		4.551.475	4.046.767
Sem restrição		4.551.475	4.046.767
Contribuições e doações	12	3.581.393	3.113.859
Rendimentos financeiros	13	970.082	932.908
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.517.793)	(3.181.717)
Educação	14	(4.517.793)	(3.181.717)
RESULTADO BRUTO		33.682	865.050
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(792.553)	(771.808)
Operacionalização técnica e administrativa	15	(595.345)	(505.559)
Impostos e taxas	16	(34.583)	(34.844)
Prestadores de serviços	17	(14.528)	(29.056)
Informática		(21.390)	(24.231)
Telefone e internet		(20.099)	(27.526)
Manutenção		-	(35)
Depreciação e amortização		(1.407)	(12.312)
Outras despesas/receitas	18	(105.201)	(138.245)
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT DO PERÍODO		(758.871)	93.242

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 01/01/2022	6.349.764	640.243	6.990.007
Transferência para o patrimônio líquido	640.243	(640.243)	-
Superavit do exercício	-	93.242	93.242
Saldos em 31/12/2022	6.990.007	93.242	7.083.249
Transferência para o patrimônio líquido	93.242	(93.242)	-
(Déficit) do exercício	-	(758.871)	(758.871)
Saldos em 31/12/2023	7.083.249	(758.871)	6.324.378

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em unidades de Reais)

DESCRIÇÃO	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit)/Superavit líquido do exercício	(758.871)	93.242
Ajustes	4.629	12.313
Depreciações e amortizações	1.407	12.313
Baixa do imobilizado	3.222	-
Resultado ajustado	(754.242)	105.555
Variação nos ativos e passivos	(85.332)	(186.328)
(Aumento) em valores a receber	(32.763)	(177.563)
Redução (Aumento) em adiantamentos e antecipações	16.847	(17.568)
Redução em valores a recuperar	208	-
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(22.652)	1.801
(Aumento) em outros valores a receber	(56.775)	-
Aumento de fornecedores	-	241
(Redução) obrigações trabalhistas	(874)	-
(Redução) em obrigações previdenciárias e sociais	(1.293)	(454)
Aumento em obrigações tributárias	11.970	1.773
Aumento em férias encargos a pagar	-	5.442
Geração de caixa nas atividades operacionais	(839.574)	(80.773)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aumento) Líquido de investimento	(16)	(14)
Aplicação de caixa nas atividades de investimentos	(16)	(14)
FLUXO DE CAIXA TOTAL	(839.590)	(80.787)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	6.946.175	7.026.962
Saldo final de caixa e equivalentes	6.106.585	6.946.175
REDUÇÃO (AUMENTO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(839.590)	(80.787)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A **ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, constituída em 23/03/2003, com sede em Brasília-DF, tem o propósito de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia, os valores e os princípios cooperativistas universais e do Instituto; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e qualificação profissional que contribuam com sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

O Instituto Cooperforte tem como Instituidora a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA – COOPERFORTE**, que contribui regularmente para o Instituto, em consonância com o 7º Princípio universal do cooperativismo: Interesse pela Comunidade.

No exercício de 2023, o Instituto renovou o apoio financeiro a 23 organizações sociais em continuidade a parcerias iniciadas em 2022 e desenvolveu 12 novas parcerias com organizações selecionadas através de Edital específico, direcionado a Unidades da Federação em que não possuía organizações apoiadas. As parcerias são desenvolvidas pelo prazo de 3 (três) anos, para apoio de projetos anuais e com a continuidade condicionada ao atendimento de requisitos e de indicadores de desempenho e impacto, a cada projeto.

Os 35 projetos apoiados em 2023 buscaram qualificar e inserir no mundo do trabalho jovens e adultos de 18 a 40 anos, em situação de vulnerabilidade social, com o limite de R\$ 90 mil por organização. As qualificações previstas abrangeram áreas como beleza, estética, gastronomia, corte e costura, tecnologia, comunicação, oferecendo, em todas elas, treinamentos também em educação financeira, cidadania, empreendedorismo e educação digital.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto Cooperforte, em 19/03/2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

c) Créditos

Referem-se a adiantamentos e antecipações a funcionários e a valores a receber da Instituidora.

d) Valores a recuperar

Correspondem a valores a recuperar junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários.

e) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

f) Outros valores e bens

Correspondem aos bens recebidos em doação para custeio das atividades e que estão disponíveis para venda.

g) Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração, quando aplicável.

h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios e outros equipamentos, as instalações, as edificações e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são demonstradas pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deva avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023, não há evidência quanto à necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda provável, quando aplicável, são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

k) Provisão de férias e encargos sociais

A provisão de férias e de encargos sociais está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, com base no período aquisitivo de cada empregado, acrescida dos respectivos encargos sociais.

l) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança somente as receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).

m) Provisões administrativas

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de

termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

p) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos projetos/convênios/termos de parceria.

q) Trabalho voluntário

O Instituto Cooperforte registra os efeitos do trabalho voluntário nos termos da Lei nº 9.608/1998 e as alterações seguintes e da Resolução CFC nº 1.409/2012.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Banco do Brasil - Poupança	13.925	41.993
Depósito a prazo COOPERFORTE	6.089.865	6.904.182
Banco do Brasil - BB Rende Fácil	1.856	-
Caixa Econômica Federal - Poupança	939	-
Total	6.106.585	6.946.175

Os Depósitos a Prazo junto à COOPERFORTE, na modalidade de Recibo de Depósito Cooperativo - RDC, possuem liquidez diária e taxas pós-fixadas com base no indexador CDI. As remunerações dos depósitos foram capitalizadas até a data do balanço.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Outros valores e bens

O saldo corresponde aos bens recebidos em doação da COOPERFORTE, com a finalidade de custear as atividades por meio de venda.

Descrição	2023	2022
Bens disponíveis para venda	56.775	-
Total	56.775	-

6. Investimentos

O saldo é representado por integralização de capital, atualizado mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2023	2022
COOPERFORTE Ltda	263	247
Total	263	247

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Sobre Balanço	Ativações	Retiradas	Saldo Final
Mês de uso	10%	1.311	-	(260)
Equipamentos de uso	10%	1.005	-	(200)
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.083	(3.222)	(861)
Total 2022		6.399		(1.467)
Mês de uso	10%	3.372	-	(260)
Equipamentos de uso	10%	1.291	-	(200)
Equipamentos de processamento de dados	20%	13.869	-	(12.747)
Total 2023		18.712		(12.213)

Os bens baixados corresponderam à venda de equipamentos pelo valor residual, não gerando ganho ou perda de capital.

8. Obrigações trabalhistas

Descrição	2023	2022
Rescisão a pagar	69.573	-
Provisão de férias	72.939	143.386
Total	142.512	143.386

9. Obrigações previdenciárias e sociais

O saldo é constituído pelas obrigações que o Instituto Cooperforte possui em relação à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:

Descrição	2023	2022
INSS a recolher	21.529	21.711
FGTS a recolher	4.142	5.253
Total	25.671	26.964

10. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2023	2022
IRRF a recolher	21.249	9.423
PIS s/ Fopag a recolher	1.601	657
PIS/COFINS/CSLL a recolher	80	69
IRRF a recolher serviços prestados por pessoa jurídica	20	15
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	2.288	3.102
Total	25.238	13.268

11. Patrimônio líquido

a) O patrimônio líquido é constituído pelo Patrimônio Social e Déficit acumulado, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o saldo no valor de R\$ 6.324.378. b) No exercício de 2023, o Instituto apurou um resultado deficitário devido aos repasses financeiros realizados a 35 projetos, respeitados os limites das disponibilidades, conforme mencionados e demonstrados na Nota Explicativa nº 14. c) Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

Descrição	2023	2022
Patrimônio social	7.083.249	6.990.007
Superávit/(Déficit) acumulado	(758.871)	93.242
Total	6.324.378	7.083.249

12. Contribuições e doações

Descrição	2023	2022
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	3.419.247	3.015.307
Receitas de contribuições de associados	67.526	68.215
Receitas de doações (b)	94.620	30.357
Total	3.581.393	3.113.859

(a) Referem-se aos repasses da COOPERFORTE para custeio da estrutura física, administrativa e dos projetos sociais apoiados pelo Instituto, objetivando a realização de seu propósito. (b) Correspondem às doações recebidas e destinadas ao combate à fome realizadas de forma esporádica. O aumento das doações em 2023 corresponde, basicamente, ao recebimento dos bens que estão disponíveis para venda.

13. Receitas operacionais de aplicações financeiras

Descrição	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	864.401	827.749
Sobras recebidas da Instituidora	104.007	104.670
Rendimentos de poupança	1.674	489
Total	970.082	932.908

14. Custos e despesas operacionais com programas de Educação

O saldo é representado pelas despesas vinculadas diretamente aos projetos do Instituto, incluindo, além do Repasse Financeiro, Assistentes Sociais e Monitoramento, as despesas relativas a salários, encargos e benefícios dos funcionários envolvidos diretamente na condução e monitoramento dos projetos:

Descrição	2023	2022
Repasso financeiro	2.801.996	1.674.019
Monitoramento	66.033	123.803
Despesas administrativas de projetos	49.711	27.771
Outros projetos	114.592	12.747
Salários, encargos e benefícios	1.485.461	1.343.577
Total	4.517.793	3.181.717

Em 2023 o Instituto Cooperforte apoiou 35 projetos voltados à qualificação ou requalificação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, nas áreas de beleza e estética, rotinas administrativas e gastronomia, tecnologia da informação e energia solar dentre outras (além de educação financeira presente em todos os projetos).

15. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Referem-se às despesas relacionadas ao Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades contábeis, financeiras, administrativas, tecnológicas, jurídicas, de comunicação, de governança e de controladoria.

Descrição	2023	2022
Operacionalização Técnica e Administrativa	425.007	394.534
Asssembleia Geral	49.200	-
Aluguel	100.969	98.576
Luz, água e telefone	20.169	12.449
Total	595.345	505.559

16. Impostos e taxas

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições provisionadas para pagamento no prazo legal:

Descrição	2023	2022
COFINS rendimentos aplicações financeiras	34.583	33.110
IPFU	-	1.628
Outros	-	106
Total	34.583	34.844

17. Despesas de prestação de serviços

Descrição	2023	2022
Auditoria externa	8.671	10.128
Consultoria em gestão (a)	-	14.999
Medicina do trabalho (b)	5.857	3.929
Total	14.528	29.056

(a) Refere-se a serviço de consultoria prestado por profissional contratado para o acompanhamento e execução de ações específicas do Instituto. (b) Referem-se aos custos de acompanhamento periódico de todos os colaboradores.

18. Outras despesas/receitas

Outras receitas/(despesas) operacionais	2023	2022
Descontos obtidos	157	1.956
Recuperação de recursos de projetos e administrativos	3.383	82
Demais	16	14
Total de outras receitas	3.756	2.052
Outras despesas com pessoal (treinamentos/cursos)	(30.437)	(24.677)
Viagens e transporte	(5.436)	(2.406)
Seguros diversos	(2.826)	(2.253)
Despesas legais	(1.675)	(38.981)
Doações	-	(1.980)
Diversas despesas operacionais	(54.332)	(56.739)
Despesas bancárias	(14.251)	(13.261)
Total de outras despesas	(108.957)	(140.297)
Resultado	(105.201)	(138.245)

19. Passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis tramitando contra ou a favor do Instituto.

20. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2023	2022
Saldo de depósitos a prazo de aplicação financeira na COOPERFORTE	6.089.865	6.904.182
Posição de capital investido na COOPERFORTE	263	247
Contribuições de repasses recebidas de COOPERFORTE no período (compensadas) (a)	3.419.247	3.015.307
Resarcimentos de custos a COOPERFORTE por despesas incorridas no período	595.345	505.559
Operacionalização técnica e administrativa (Nota 15)	425.007	394.534
Outros resarcimentos de custos a COOPERFORTE (Nota 15)	170.338	111.025

(a) Em 2023 a COOPERFORTE manteve a sua contribuição ao Instituto Cooperforte, em 3% das Sobras apuradas na Cooperativa.

21. Seguro empresarial

Em razão de termo de comodato, os bens utilizados pela entidade estão segurados em apólice de seguro empresarial, modalidade Comprensivo Empresarial, contratado junto à Allianz Seguros S/A, pela Instituidora, a COOPERFORTE, com vigência anual.

Brasília (DF), 25 de março de 2024.

Juscineide Souza Pimentel
Presidente

Marcos Rafael de Oliveira Raymundo
Superintendente

Aline Jaguaribe
Contadora
CRC RJ 087014/O-9

2.6 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte (“Instituto”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção



relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

2.7 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social – Instituto Cooperforte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a Mensagem da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2023. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório da auditoria sobre as demonstrações financeiras, emitido pela Ernst & Young, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 26 de março de 2024

José Alípio dos Santos – Presidente

Edimar Rodrigues de Abreu

Milton Vieira Alves Júnior



Instituto

COOPERFORTE